

Estudante surdo no Ensino Superior: a comunicação na perspectiva da visualidade e a centralidade da Libras

*Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
Priscila Regina de Melo Giamlourença*

Estudante surdo
no Ensino Superior:
a comunicação na perspectiva da
visualidade e a centralidade da Libras



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Estudante surdo
no Ensino Superior:
a comunicação na perspectiva da
visualidade e a centralidade da Libras

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamloureço



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2023

© 2023, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Audiodescritor

Douglas Pino

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

L131e

Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de.

Estudante surdo no Ensino Superior: a comunicação na perspectiva da visualidade e a centralidade da Libras / Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamlourengo.

-- Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2023.

40 p.

ISBN – 978-65-89874-49-2

1. Surdos – Educação. 2. Acessibilidade. 3. Libras. 4. Educação inclusiva e bilíngue. I. Título..

CDD – 371.912 (20*)

CDU – 376.33

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

SUMÁRIO

Primeiras palavras	7
1 Acessibilidade no Ensino Superior	9
2 Libras e o tradutor e intérprete de língua de sinais (Tils)	15
3 A importância de práticas institucionais mediadas pela língua de sinais e visualidade	21
Síntese final	31
Referências	33
Súmulas curriculares	37

Primeiras palavras

Prezados, é com imensa satisfação que compartilhamos essa experiência formativa com vocês. Sabemos que estamos entre professores, técnicos, estudantes e demais profissionais que, comprometidos, buscamos todos, juntos à UFSCar, a construção de processos mais equitativos.

Ao longo dos últimos anos temos tido a oportunidade de investigar questões e refletir práticas direcionadas a estudantes surdos. E já adiantamos que, sim, é desafiador, não estritamente por envolver aspectos da comunicação, como a diferença linguística caracterizada pelo uso da língua brasileira de sinais, Libras, e modos distintos de acesso à informação, mas também por estarmos habituados a trabalhar mais na perspectiva da oralidade.

No contexto institucional, podemos trabalhar com diferentes estudantes com surdez,¹ como os que se inserem e participam socialmente apoiados na leitura labial e oralização, os que fazem uso da língua de sinais e aqueles que adotam formas mistas de comunicação. As formas de comunicação podem ser plurais e variar entre os sujeitos.

Estamos habituados à comunicação oral, a alguma diversidade linguística entre línguas orais (inglês, francês, espanhol etc.), e pensar em formas de comunicação que não perpassam a oralidade é algo, em geral, bastante novo! Logo, precisamos considerar os estudantes surdos (e todos os demais) em sua pluralidade, atentos a questões culturais, maneiras de ser e estar no mundo e às suas formas de acesso à informação e construção de conhecimento.

1 Biologicamente a surdez é marcada pela perda auditiva em diferentes graus. No entanto, numa construção social/cultural, podemos compreender que, independentemente da classificação da surdez, as pessoas nessa condição podem se desenvolver a partir de formas alternativas de comunicação que favoreçam seu desenvolvimento integral.

As instituições de educação superior, IES, organizam-se de diferentes modos, e as universidades públicas têm tido recursos escassos para desenvolver suas metas. Nesse sentido, é fundamental que esforços sejam feitos para o melhor uso possível dos recursos que temos disponíveis. A estrutura, recursos físicos, tecnológicos e humanos são fatores que podem em diferentes medidas favorecer a inclusão de surdos, nossa atuação e uma educação de qualidade. E a UFSCar² tem protagonizado ações nesse sentido!

Nesse breve percurso formativo daremos ênfase aos estudantes surdos que fazem uso da língua de sinais.³ O fio condutor será promover acessibilidade na inclusão de estudantes surdos no ensino superior e, juntos, pensar em questões práticas de ações institucionais, pedagógicas e educativas que se centrem mais na perspectiva da visualidade.

2 Alguns dos exemplos de ações direcionadas à inclusão e educação de surdos são o Serviço de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e Língua Portuguesa, SeTILS, o curso de Tradução e Interpretação (<http://www.tilsp.ufscar.br/>), o Programa de Educação Especial, em que são produzidas pesquisas e delineadas práticas de inclusão de diferentes públicos (<https://www.ppgees.ufscar.br/pt-br>), e o instituto de línguas, que oferece cursos de Libras (<https://www.institutodelinguas.ufscar.br>).

3 No Brasil, legalmente, temos o reconhecimento da língua brasileira de sinais, Libras, mas existem outras línguas de sinais que circulam nesse contexto continental, como a Língua de Sinais Kaapor Brasileira, utilizada por uma comunidade indígena, e as línguas de sinais utilizadas por surdos imigrantes.

Acessibilidade no Ensino Superior

Para começarmos nossas reflexões vamos pensar um pouco sobre a ampliação da presença de estudantes surdos no Ensino Superior. Ao longo das duas últimas décadas, graças à política nacional de inclusão (BRASIL, 2008), o número de estudantes surdos concluintes da Educação Básica ampliou-se e com isso seu interesse e acesso ao Ensino Superior também (JUNQUEIRA; LACERDA, 2018). Esse fato, conforme discutido por Lima *et al.* (2020), especificamente voltado para o caso da UFSCar, relaciona-se às garantias de acesso, permanência, formação e diplomação das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Isso se deve à busca pela garantia de vários direitos, estando, entre eles, o que chamamos de acessibilidade.

Quadro 1 Conceito de acessibilidade.

O que você entende por
Acessibilidade?

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), LBI, apresenta-nos conceitos importantes para nossas reflexões e práticas, e dois deles são os de Deficiência e Acessibilidade.

Aqui está o link da LBI
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
Para nossas atividades, faremos a leitura dos Artigos 1 ao 9.

Fonte: elaboração própria.

A promoção de acessibilidade está atrelada a uma série de fatores que envolvem ações governamentais, institucionais e mesmo a participação de diferentes públicos, desde a formulação de políticas até a efetivação de suas práticas em diferentes contextos. No Brasil, anteriormente à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, já estabelecia normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade, inclusive no tocante à comunicação de pessoas surdas.

Os artigos dessa lei foram regulamentados pelo Decreto nº 5625, de 22 de dezembro de 2005, que trata especificamente da Educação de Surdos (BRASIL, 2005), sendo este um importante instrumento legal no tocante à comunicação inclusiva de pessoas surdas que fazem uso da Libras em diferentes esferas sociais. Esse decreto também aborda a formação de profissionais de diferentes áreas para o atendimento educacional do estudante surdo, focalizando a atenção para o desenvolvimento de políticas e ações de inclusão, acesso e permanência de estudantes surdos.

O processo de inclusão pode ser compreendido, como refletem Lima *et al.* (2020), de forma gradativa e processual. Os autores fizeram um panorama das ações desenvolvidas na UFSCar, no qual vemos que a partir dos anos 1970 temos tido um protagonismo em ações na busca pela equidade no acesso, permanência e promoção de equiparação de oportunidades em nossa universidade.

Desde a realização de cursos de especialização, implementação de licenciatura e programa de pós-graduação em Educação Especial até programas para atendimento a grupos específicos, diretrizes e documentos para a efetividade delas, diferentes são as ações que a UFSCar tem empreendido. Todavia, os autores refletem que existem retrocessos, até porque estamos em processo, e que, além de mudanças em questões políticas, institucionais e de financiamento, se fazem relevantes as mudanças culturais no âmbito da comunidade acadêmica.

A acessibilidade no Ensino Superior não é uma questão nova de debate e de necessidade de implementação, e tanto na legislação nacional quanto internacional temos referências importantes que subsidiam o direito dos estudantes e dos profissionais que com eles atuam. E não podemos perder de vista que, mesmo de formas variáveis, como bem reflete Akkari (2011), vivenciamos processos de internacionalização de políticas da educação.

Promover acessibilidade relaciona-se à perspectiva de educação inclusiva que vem sendo defendida desde os anos 1990, internacionalmente, e,

para a Educação Superior, também a Unesco⁴ tem indicado ações. A convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, ratificada no país (BRASIL, 2009), e as Conferências Mundiais de Educação Superior (UNESCO, 1998, 2022) são exemplos que versam sobre aspectos importantes para o acesso e a permanência de diferentes públicos e, de modos distintos, produzem efeitos em nossa legislação e práticas.

Para Sebástian-Heredero e Lara (2020), a educação inclusiva pode ser compreendida como um direito decorrente do movimento político de educação para todos. A ela cabe o papel de transformar e gerar novas práticas em atenção ao aumento progressivo da população que enfrenta barreiras na Educação Superior, não somente arquitetônicas e comunicacionais, mas também pedagógicas, que cabem ser abordadas e superadas também a partir das políticas (SEBÁSTIAN-HEREDERO; LARA, 2020).

As pessoas com surdez no Brasil, que fazem ou não uso da Libras, compõem o público-alvo da Educação Especial. O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), especifica graus de perda auditiva e outras condições associadas, que geram direitos legais a esses sujeitos. De acordo com o Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996b), que versa sobre a Educação Especial, as pessoas com surdez também compõem esse público-alvo.

De acordo com a LDB, a Educação Especial é uma modalidade educacional no país transversal **a todos os níveis de ensino** (BRASIL, 1996b). Todavia, mais do que isso, é possível compreendê-la como uma área de investigação, análise e produção de teorias e práticas que tem favorecido processos educacionais mais inclusivos e equitativos para todos.

A inclusão do estudante surdo⁵ na Educação Superior é destacada em diferentes documentos, como no Aviso Circular nº 277 (BRASIL, 1996a), no Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), na Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), especificamente para a Educação Superior

4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

5 Existem diferentes formas de se referir às pessoas com surdez, inclusive na legislação. Pessoas surdas, surdos, pessoas com deficiência auditiva sinalizante, surdo-cegas, surdos oralizados, surdos com outras deficiências ou condições associadas (BRASIL, 2002, 2005, 2015, 2021), o que nos mostra a pluralidade relacionada ao público, suas necessidades e também a importância de buscarmos compreender essas condições para irmos construindo uma atuação profissional mais humana. Para mais esclarecimento sobre esse aspecto, sugerimos a leitura de Bisol e Valentini (2011).

no âmbito de instituições federais de Ensino Superior, Ifes, e na Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021).

Recentemente, a LDB foi alterada pela Lei 14.191/21 (BRASIL, 2021) com a inclusão da **modalidade bilíngue para educação de surdos**. A proposta bilíngue prevê que a língua de sinais seja garantida como primeira língua na educação de surdos, e a língua portuguesa, como segunda língua. Embora as premissas já se sustentem em legislação nacional e internacional anteriores, essa mudança, atenta à comunidade surda em suas diferentes condições, reforça a importância de práticas bilíngues em todos os níveis de ensino.

Nessa perspectiva, os sistemas educacionais deveriam reestruturar-se para a oferta bilíngue em classes e escolas bilíngues, escolas polos de educação bilíngue e escolas comuns no âmbito da Educação Básica. Já existem experiências exitosas no Brasil em atenção às especificidades de alunos surdos em diferentes níveis educacionais (LACERDA; SANTOS; MARTINS, 2016; entre outras), mas, considerando que estamos num país continental, há muito a se fazer, e essa construção, processual e cheia de desafios, merece ser continuada e aprofundada. Além disso, com o avanço das tecnologias comunicacionais e das experiências de ensino remoto motivadas pela pandemia de Covid-19, defendemos que em certos contextos cabem também ações de ensino a distância (SHIMAZAKI, MENEGASSI; FELLINI, 2020).

Para que a educação de surdos se realize com qualidade, é fundamental a formação de profissionais que atuem nos contextos educacionais. Essa formação precisa, também em perspectiva contínua, favorecer a compreensão acerca da importância do reconhecimento e da valorização de formas de comunicação e acesso à informação menos usuais, como é o caso da Libras. Sabemos o quanto isso é complexo e necessário e que depende de uma força tarefa engajada por diferentes profissionais, pelas instituições e pela força política que as pessoas surdas vêm tendo nos processos sociais e políticos.

No Brasil, para o delineamento de políticas públicas direcionadas a esses estudantes, fazem-se presentes um movimento e o protagonismo de surdos, que têm sido um diferencial para assegurar e afirmar direitos educacionais desse público nos diferentes níveis de ensino. A comunidade surda tem se organizado social e politicamente, o que tem influenciado decisões acerca dos processos sociais e educacionais direcionados aos surdos (ALVES, 2020). A Federação Nacional de Integração de Surdos (Feneis), junto a diferentes profissionais e mesmo organizações e associações, vem protagonizando

ações importantes não somente para a inclusão de surdos, mas para a formação e condição de atuação de profissionais que com eles atuam, como o tradutor e intérprete de língua de sinais, TIs.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito às representações sociais da surdez. Como visto em Leite e Lacerda (2018), o conceito de deficiência pode ser formado a partir de diversas concepções, tendo, então, diferentes implicações. Como refletem as autoras, embora diferentes concepções coexistam, é importante a compreensão de contextualização social e histórica do conceito. Assim, se a concepção de deficiência estiver centrada na pessoa, a causa orgânica e o desvio causado serão o foco. Se a concepção compreender, além das causas orgânicas, fatores sociais que aprofundam ou não a exclusão social, a diversidade será compreendida no todo em que se insere, e, nesse caso, o foco será em melhor organizar as experiências sociais de modo que a pessoa possa usufruir o máximo possível dos bens culturais.

Quando há a compreensão de que a pessoa tem condições diferenciadas de desenvolvimento, melhor se compreende sua interação com o todo social e como esse todo social, nas diferentes esferas, pode favorecer seu desenvolvimento (LEITE; LACERDA, 2018). E é isso que buscamos com vocês: pensarmos em possibilidades de favorecer um entorno educacional que permita uma inclusão de qualidade do estudante surdo na UFSCar.

Libras e o tradutor e intérprete de língua de sinais (Tils)

Estamos todos envolvidos em processos e práticas profissionais permeados pela inclusão e acessibilidade aos estudantes surdos no Ensino Superior, o que demanda não somente ações políticas e institucionais, mas pedagógicas e culturais, no reconhecimento e na valorização da língua de sinais. Nosso foco de discussão, como já mencionamos, é a inclusão do estudante surdo que faz uso da língua de sinais. Mas por que será que essa língua é tão importante? Vejamos...

Tanto a língua de sinais como a língua oral favorecem a expressão e o acesso a qualquer tipo de conteúdo e conhecimento, possibilitando e potencializando o desenvolvimento linguístico, cognitivo, da subjetividade, social e da comunicação. Ambas se constituem enquanto línguas naturais, e, nas palavras de Harrison (2013),

O termo “natural” designa a característica das línguas orais e sinalizadas utilizadas pelos seres humanos em suas diversas interações sociais, e se diferencia do que se chama de “linguagem formal”, isto é, linguagens construídas pelo ser humano, como as linguagens de programação de computador ou a linguagem matemática (HARRISON, 2013, p. 29).

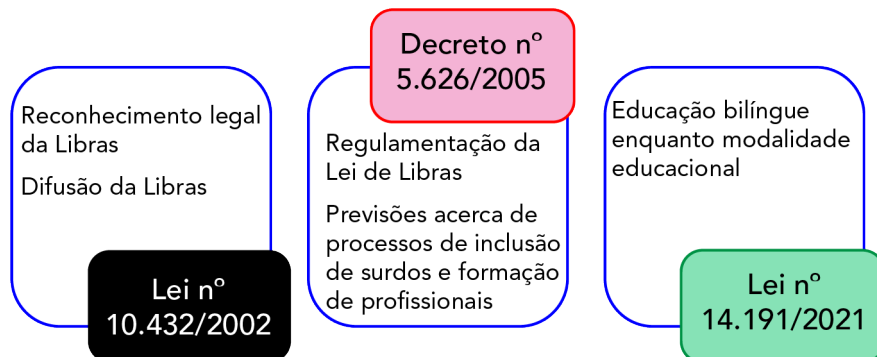
Assim, ao refletirmos sobre a língua de sinais como língua natural, não queremos dizer que, por ser surda e pela perda auditiva, a pessoa naturalmente “tem” essa língua. Não! O que queremos dizer é que, assim como ocorre com a pessoa ouvinte, de forma natural, ou seja, espontânea, ao longo das experiências sociais essa língua vai sendo adquirida e o desenvolvimento linguístico vai sendo possível. Se a pessoa surda tiver a oportunidade de conviver com outros surdos usuários de Libras, “naturalmente” (nas relações sociais e nos processos dialógicos) ela vai adquirir a Libras e fazer

uso dela em seus processos de comunicação e desenvolvimento. O mesmo não ocorre quando ela é exposta somente à língua oral, ela não adquire a língua portuguesa “naturalmente”, e essa língua não passa a fazer parte de seus processos cognitivos como para aqueles que ouvem.

Como refletem Turetta e Lacerda (2019, p. 23), “podemos afirmar que a língua natural de uma pessoa é aquela que ela adquiriu a partir da convivência com seu grupo social, sem que para isso fosse preciso nenhum processo de ensino-aprendizagem sistematizado”. Todavia, se considerarmos que comumente o surdo, até inserir-se na comunidade surda, participa de grupos sociais que fazem majoritariamente uso da língua oral, como na escola e na família, ele pode ficar em prejuízo no que diz respeito ao seu desenvolvimento linguístico e ao que disso decorre.

A língua de sinais, se garantida, pode desempenhar o mesmo papel que a língua oral desempenha na vida de uma pessoa ouvinte. Turetta e Lacerda (2019) levam-nos à reflexão sobre o potencial da língua de sinais quando discutem que o desenvolvimento humano e cultural se constitui a partir de uma língua, que se configura como algo muito maior do que um instrumento comunicativo. Logo, a Libras, como afirmam, é “fundamental para a constituição dos sujeitos surdos brasileiros” (TURETTA; LACERDA, 2019, p. 22).

Mas, apesar de todo esse potencial da língua de sinais, que assim como a língua oral potencializa o desenvolvimento humano, o reconhecimento de seu status enquanto língua é bem recente, se considerarmos que os primeiros estudos sobre a língua de sinais americana emergem nos Estados Unidos a partir de 1960. No Brasil, estudos emergem a partir dos anos 1980, e somente a partir dos anos 2000 é que essa língua, do ponto de vista legal, passa a ser reconhecida por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e, processualmente, vai ganhando seu reconhecimento social e valorização pedagógica nos processos instituídos para a educação das pessoas surdas.

Quadro 2 Legislação brasileira relativa à Educação de Surdos.

Fonte: elaboração própria.

Existem muitas características sobre a Libras, e aqui estamos introduzindo algumas delas. Quando pensamos na língua de sinais e na língua oral, qual seria a principal diferença, se já dissemos que ambas podem se configurar como línguas naturais de um sujeito surdo ou ouvinte?

Se dissermos que a principal diferença é que na língua de sinais usamos mãos, olhos, corpo e expressão facial, estamos na reflexão de que o modo de falar e de ter acesso ao que se fala nessa língua se dá pela visão, distinguindo-se da forma como ocorre na língua oral (boca e ouvidos), e a isso chamamos de modalidade. Quanto à língua oral, sua modalidade é oral-auditiva, e, quanto à língua de sinais, sua modalidade é gesto-visual.⁶

Na língua oral-auditiva, produzida a partir do aparelho fonador, utilizamos “pulmões, traqueia, laringe, pregas vocais, cavidade oral, arcada dentária, língua, lábios [...] e, como via de recepção, a audição (ouvido externo, médio, interno)” (NASCIMENTO; DAROQUE, 2019, p. 46). Já na língua de sinais, é no espaço em frente ao corpo, acima, dos lados e no próprio corpo que produzimos aquilo que temos a intenção de comunicar (com nossas mãos, corpo, expressões faciais) e, pela visão, no contato visual, acessamos o que foi comunicado.

6 Existem outras formas de se referir à modalidade da língua de sinais, além de gesto-visual. É possível encontrar termos como visuogestual, gesto-espaço-visual.

Quadro 3 Vídeo em Libras.

VÍDEO 1: vídeo do Prof. Guilherme Nichols, da UFSCar, exemplo prático das diferenças de modalidades.

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=je8olfxdptA&list=PLCgj_B0fGDJ4TVFMZkIKVfZYCQsj9qBsJ&index=6.

E aproveitamos para sugerir o curso de Introdução à Libras disponível no Portal de Cursos Abertos da UFSCar.

Link:

<https://cursos.poca.ufscar.br/course/view.php?id=49>.

Fonte: elaboração própria.

No vídeo 1, temos um exemplo real do uso da Libras, mas você sabia que existem diferentes línguas de sinais no mundo? Essa já é uma informação mais bem difundida, mas é sempre bom lembrar que a língua de sinais não é universal e que, nos diferentes países, essas línguas não dependem das línguas orais, sendo tão diferentes quanto o são as línguas orais.

Então a Libras é uma língua de modalidade visogestual que possibilita toda e qualquer forma de comunicação e de construção de conhecimento. A questão é que nem todos no espaço educacional conhecem essa língua ou são usuários dela, e nesse sentido se erguem barreiras linguísticas, impossibilitando uma comunicação plena.

Assim, é fundamental pensarmos sobre possibilidades de difundir o máximo possível essa língua para que as barreiras sejam minimizadas. Nessa direção, interessa pensar em formas de tradução e formas de aprender essa língua para que os problemas de comunicação e acessibilidade sejam minimizados.

No site da UFSCar se utiliza o VLibras,⁷ um tradutor⁸ on-line, gratuito, disponibilizado pelo governo federal.

⁷ <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>.

⁸ Existem outras tecnologias, gratuitas ou não, para inclusão social nesse sentido, como Rybená (<http://portal.rybena.com.br/site-rybena/>) e Hand Talk (<https://www.handtalk.me/br/>).

Quadro 4 Recursos para tradução.



Fonte: elaboração própria.

No Brasil, a Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas e está presente em diferentes contextos. O tradutor e intérprete de língua de sinais, Tils, é o mediador entre falantes de línguas de sinais e línguas orais. Sua atuação é prevista legalmente (BRASIL, 2000, 2002, 2005, 2010, 2015, 2021), e muitos têm sido os desafios enfrentados na inserção e atuação do Tils em processos inclusivos e bilíngues.

Para a atuação do Tils no âmbito de instituições federais de Ensino Superior, diferentes conhecimentos⁹ são relevantes, e alguns deles são construídos pela parceria que vamos estabelecer com esse profissional, tendo

⁹ Na UFSCar, diferentes pesquisas são realizadas, investigando, inclusive, questões de inclusão de surdos em IFES. Um estudo recente (GIAMLOURENÇO, 2021), reflete conhecimentos que favoreçam o processo tradutório educacional realizado pelo Tils, logo, os processos inclusivos e bilíngues direcionados e construídos com o protagonismo de estudantes surdos e outros participantes da comunidade acadêmica. O estudo conduzido por Giamlourengo (2021), orientado pela primeira autora deste e-book, foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial-PPGEES, da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. É com base nesses conhecimentos que buscamos refletir este tópico.

em vista a realidade e questões dos contextos em que atuamos. Um dos conhecimentos que é relevante para sua atuação no âmbito de lfes é justamente o conhecimento institucional.

Esse profissional desempenha um papel fundamental no contexto da inclusão de surdos na sociedade em todas as esferas. E é ainda mais importante na educação de surdos que fazem uso dessa língua. O estudante surdo usuário de língua de sinais que não tenha à sua disposição um Tils para tornar acessível os conteúdos acadêmicos trabalhados em sala de aula, por exemplo, terá seu processo de aprendizagem bastante prejudicado.

Destaca-se ainda que o Tils para atuar de maneira satisfatória precisa que certas condições sejam providenciadas. Seu papel pode ser bem assumido quando determinados fatores favorecem sua atuação, pois, como vimos: as concepções de deficiência perpassam as práticas (dos Tils, dos professores, dos alunos etc.); as condições estruturais e organizacionais das instituições interferem nas possibilidades de atuação desse profissional (número de profissionais contratados, capacitação, remuneração adequada);¹⁰ e os recursos de que eles dispõem para atuar (acesso antecipado ao material didático e aos conteúdos, possibilidade de formação nos conteúdos específicos) têm implicações em suas práticas.

No próximo item buscaremos refletir sobre a realização do processo tradutório educacional desenvolvido pelo Tils no contexto acadêmico da universidade e sobre a pluralidade de sua prática, que se efetiva perpassada pelo contato com diferentes professores, profissionais, estudantes surdos e ouvintes e entre pares.

E para finalizar esta unidade compartilhamos o link de um vídeo com a Professora Mariana Campos e o Tils Anderson Marques, ambos da UFSCar, para vermos na prática a atuação do Tils promovendo a acessibilidade e para conhecermos um pouco sobre a formação em Libras na UFSCar (<https://www.youtube.com/watch?v=5dj2243gz6Q>).

10 As vagas disponibilizadas para contratação de Tils no Ensino Superior são de “nível médio”, enquanto todas as demais vagas para tradutores intérpretes (de quaisquer línguas) são vagas de “nível superior”, interferindo diretamente no salário a ser pago.

A importância de práticas institucionais mediadas pela língua de sinais e visualidade

A educação é uma área ampla, complexa e que se constitui a partir da presença de diferentes públicos e atuação de diferentes profissionais. Ver a transição do plano do discurso das políticas que reconhecem e valorizam a Libras para o plano de estratégias e ação não é tarefa simples, até porque envolve modificar e ampliar a prática. É nas diferentes atividades que realizamos na universidade que nos encontraremos com estudantes surdos e que precisaremos fazer a Libras presente e constituinte das interações, assim como a visualidade.

Na biblioteca, nos laboratórios, nas secretarias de curso, nos corredores dos prédios, nas salas de aula e, por que não dizer, na portaria? Independentemente do espaço em que esse encontro aconteça na UFSCar, estamos buscando construir uma estrutura que continuamente busque atender ao estudante surdo, em seus direitos de acessibilidade e, ao mesmo tempo, ciente das necessidades dos profissionais, que nem sempre tiveram uma formação inicial voltada para essa realidade (objetivo central dessa experiência formativa).

Práticas sociais, culturais, institucionais e educacionais mediadas pela Libras e pela visualidade são fundamentais para processos inclusivos. No contexto institucional, os processos envolvidos são mais complexos, e todos nós, em diferentes postos de trabalho, precisamos atuar juntos para recebermos estudantes que, pela privação do acesso às informações, desde a infância, e pela estrutura de sua escolarização, podem apresentar necessidades que não podem mais passar despercebidas.

Nosso papel será favorecer autonomia, de modo que esses estudantes possam chegar a outros níveis de inclusão, reflexão e posição social no contexto da instituição, a partir dos quais, certamente, terão uma relação com questões sociais mais amplas, até porque estamos num contexto de formação profissional que muito se relaciona com o mercado de trabalho e com a vida em sociedade.

Práticas institucionais na perspectiva da educação inclusiva e bilíngue

Historicamente, segundo Peluso Crespi (2018), as práticas culturais de comunicação sustentam-se na oralidade e na escrita em suporte físico, como textos e livros, ou digital. Segundo suas reflexões, a escrita pode ser compreendida como uma marca da cultura letrada, até mesmo na cultura digital e nos produtos midiáticos da modernidade.

Na atualidade, no entanto, considerando o reconhecimento político e a valorização social das línguas de sinais cada vez maior, compreendemos e podemos ver – e temos visto –, principalmente em decorrência da Covid-19, a consolidação da produção e difusão de uma cultura mediada pela Libras em diferentes práticas de comunicação.

Anteriormente a isso, evidentemente, a inserção, participação e protagonismo das pessoas surdas que fazem uso da Libras já vinham sendo favorecidos dado o potencial das tecnologias digitais de informação e comunicação, TDICs, para registro em vídeo e difusão em diferentes mídias, como Facebook e YouTube, e a oferta da Educação a Distância, EaD, entre outras ações de acessibilidade midiática.

Para pensarmos nas questões mais institucionais, que estão inter-relacionadas com o todo da vida acadêmica do estudante surdo, precisamos partir sempre do pressuposto do potencial da visualidade para o acesso às informações, além, claro, da centralidade da língua de sinais.

Para pensarmos na centralidade da língua de sinais para além de seu uso no contato direto com o estudante surdo numa interação face a face, Peluso Crespi (2018) reflete sobre um conceito que acreditamos bem se aplicar à prática institucional e pedagógica atrelada aos processos inclusivo e bilíngue, a **textualidade diferida**, a qual se efetiva atrelada a tecnologias de gravações de vídeo, fomentando a cultura letrada mediada não somente pela língua oral, mas pela língua de sinais.

A partir de suas reflexões, compreendemos textualidade diferida pela produção de textos em Libras, ou seja, vídeos (porque se trata de uma língua

de modalidade visogestual) em diferentes gêneros discursivos (artigos, dissertações, seminários, descrições, texto informativo, entre outros), sobre diferentes temáticas acadêmicas, de modo a promover maior acessibilidade aos conteúdos trabalhados.

Segundo esse autor, a textualidade diferida em língua de sinais produz efeitos nos processos sociais e na educação de surdos pelo aspecto bilíngue e intercultural. Quando temos essa compreensão, podemos favorecer o desenvolvimento da cultura letrada da comunidade surda, que é uma comunidade linguística em que seus membros interagem por meio de repertório linguístico em língua de sinais (PELUSO CRESPI, 2018). Esse material pode favorecer o acesso ao conhecimento pelo estudante surdo e, ao mesmo tempo, facilitar a atuação do Tils.

No que se refere à Libras, como já vimos, essa língua permite acessar o conhecimento de mundo e o desenvolvimento integral do surdo, todavia, nem todos tiveram contato com ela desde a infância, logo, como bem reflete Lacerda (2010), existem surdos que podem apresentar níveis variados de conhecimento e uso dessa língua, inclusive para acompanhar processos tradutórios, o que demanda adequações e estratégias do Tils para torná-los acessíveis à realidade da pessoa surda. Nessa direção, materiais de apoio, atendimentos individualizados, materiais complementares podem favorecer a construção de conhecimentos por parte desse alunado.

Outro aspecto que é bom destacar, também refletido por Lacerda (2010), diz respeito à condição de letramento do estudante surdo na língua portuguesa, ou seja, à condição de saber e fazer uso da leitura e da escrita dessa língua com mais independência. Às vezes podemos acreditar que escrevendo a informação para o surdo garantiremos a inclusão, mas nem sempre será assim.

Embora muitos estudantes tenham domínio dessa língua, as experiências nesse âmbito também podem ser plurais, principalmente devido ao acesso restrito à Libras e por fatores como lacunas no ensino da Língua Portuguesa¹¹ como segundo língua e práticas pedagógicas pouco adequadas a esse público. Então, usar a escrita pode, sim, ser uma forma de se

11 O surdo, por não ser falante da língua portuguesa, não pode aprendê-la da mesma forma que o fazem os ouvintes. Metodologias específicas de ensino de segunda língua precisam ser praticadas, afastando-se das relações auditivas (relação fonema-grafema) e assumindo relações mais visuais. Essa forma de ensino nem sempre é disponibilizada para esse público, implicando um domínio fragmentado da língua portuguesa em muitos casos (para maior aprofundamento no tema sugerimos Almeida (2016)).

comunicar, mas é importante nos atentarmos à condição do estudante e favorecer acessibilidade.

É nesse sentido que, além do uso das línguas e/ou associado a elas, a visualidade é fundamental para o acesso às informações pelas pessoas surdas e precisa ser mais bem explorada em nossa prática profissional. Nas reflexões de Lacerda, Santos e Caetano (2013), podemos ver, por exemplo, que diferentes recursos visuais podem favorecer o acesso do surdo à informação, como imagens, mapas conceituais, fotografia, vídeos e maquetes.

A partir dessa perspectiva precisamos garantir que, desde a portaria da UFSCar, independentemente de nosso lócus de atuação, além da disponibilização de vídeos em Libras com conteúdo específicos, via portal ou plataforma, como o YouTube e aplicativos como o WhatsApp, e de textos, precisamos ter materiais visuais em diferentes suportes e formatos que representem as informações visualmente.

Essa será uma construção coletiva com a participação de todos! O processo de transformação da UFSCar na perspectiva inclusiva e bilíngue envolve atenção às questões da surdez e uma ação conjunta de todos os profissionais para favorecer a participação e experiência acadêmica que se desenvolvem nas relações sociais no âmbito da universidade.

Considerando que o surdo não está presente somente nas salas de aula, tanto no que se refere às questões mais institucionais quanto educacionais, é muito importante que todos os profissionais, docentes e Tils nas diferentes instâncias da universidade, estabeleçam, além de contato, parceria para subsidiar a realização do processo de inclusão.

No caso do Tils, o contato e a parceria com esse profissional em todos os departamentos são fundamentais, porque as experiências que ele tem com o surdo, com a Libras e com as questões da surdez vão favorecer processos inclusivos, compartilhando conosco informações relevantes, o que se torna ainda mais rico quando se tem o protagonismo de surdos atuando conjuntamente, realidade presente na UFSCar.

O Tils, que se configura como profissional de acessibilidade, além de ter a sua função descrita na política de inclusão da instituição, pode contribuir com proposições e nos ajustes para as ações, participando, inclusive, dos núcleos de acessibilidade da instituição que têm uma estrutura, organização e processos institucionais de inclusão.

Mas atenção! Comumente, pode existir uma compreensão equivocada de que a presença do Tils responde a todas as demandas relacionadas à

inclusão e educação de surdos. Isso vai além de sua presença, porque, embora a Libras seja fundamental nos processos inclusivos e bilíngues, não é ela por si só que efetiva a inclusão, mas o valor a ela atribuído e o espaço socialmente concedido e estruturalmente construído para que ela tenha centralidade. O Tils atua sob as ações da instituição, e é por isso que todos, independentemente do âmbito em que atuamos, precisamos com ele construir juntos processos inclusivos e bilíngues, oferta de serviços e adoção de novas práticas institucionais.

Para atuar conosco nesse contexto, diferentes conhecimentos são relevantes ao Tils, conforme aponta Giamlourengo (2021), por exemplo, as questões legais de acesso e permanência em atenção à educação com equidade, concepções e práticas atinentes ao desenvolvimento educacional inclusivo e ao seu gerenciamento, o que está atrelado a um conhecimento denominado político-educacional. O Tils precisa conhecer e compreender também questões relacionadas à estrutura e organização da instituição onde atua, e isso também faz parte da valorização da diferença linguística na universidade, que precisa ser conhecida por ele. Além disso, a esse profissional não cabe somente um conhecimento linguístico, que se relaciona ao conhecimento das línguas em uso, mas também o que faz, para quem faz, questões culturais da surdez, da Libras, com consciência de seu lugar profissional e das questões relacionadas à sua profissão e atuação, abrangendo questões linguísticas, culturais e de inclusão. E nós fazemos parte de todo esse processo!

O trabalho que ele desenvolve é de grande complexidade linguística, esforço físico, e verter conteúdo de uma língua para outra em modalidades distintas não é uma tarefa fácil. Sua prática é mediada pelas relações sociais e pelas interações entre servidores técnicos, terceiros, docentes e discentes. A qualidade das trocas que toda a comunidade acadêmica tem com o Tils, principalmente compartilhando conteúdo previamente, favorece sua atuação pelo subsídio que ele constrói e que pode ser acessado para a realização do processo tradutório.

Considerando a parceria com o Tils estabelecida para a construção de processos inclusivos e bilíngues, além das questões atinentes ao que cabe ser informado ao estudante surdo, podemos compartilhar experiências, e isso também favorece a inclusão, porque favorece a construção de um conhecimento social (GIAMLOURENÇO, 2021) da parte do Tils, posto que o encontro com diferentes interlocutores é formativo, constitui sua identidade e produz efeitos na atuação.

A atuação do Tils vai além da sala de aula, entretanto, nem sempre ele pode estar presente em todos os espaços da UFSCar, mas nós estaremos e, agora, ainda mais conscientes de que também somos protagonistas. E, seja no acesso físico ou no acesso digital, precisamos pensar em estratégias em atenção às demandas de acessibilidade e comunicação em todas as instâncias, inclusive nas mídias e portal institucional de departamentos e programas.

Práticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva e bilíngue

A inclusão de estudantes surdos vai além das relações sociais e institucionais e envolve as questões educacionais mais estreitas aos processos de ensino e de aprendizagem, com a participação do docente e do Tils. Este, junto à função do ensino, além de profissional de acessibilidade, se configura como um agente educacional, e, para isso, também não atua sozinho, mas em colaboração e parceria (LACERDA, 2010; SANTOS; LACERDA, 2015; GIAMLOUREÇO, 2021).

Se o docente tem o Tils em sua sala de aula para mediar a comunicação com o estudante surdo e se a relação que o Tils estabelece com o estudante se atrela aos processos de ensino e aprendizagem, logo, a função que assume nesse contexto está atrelada à função do ensino, para a qual se pressupõe um conhecimento didático-pedagógico que o situe em relação ao fazer docente, aos processos de ensino e aprendizagem e de avaliação (GIAMLOURENÇO, 2021).

Enquanto profissionais da educação, ambos desenvolvem atividades ligadas ao aprender, à formação técnica, profissional e humana do estudante surdo. Desse modo, pressupõe-se que atuem em corresponsabilidade na educação e na interação do estudante surdo com o conhecimento, com os outros participantes dos processos aí imbricados e na própria interação com o surdo. Pensar nas práticas educacionais na perspectiva inclusiva e bilíngue na ação conjunta entre Tils e docente também é fundamental em todo esse processo que estamos discutindo. Mas na prática isso é muito desafiador. Como já refletimos, a língua oral é bastante presente, e as práticas sociais, culturais e educativas comumente foram e ainda são mediadas por ela.

Ainda que nos apoiemos fortemente na escrita na universidade, a oralidade faz-se bastante presente, mediando aulas e as indicações de leitura, inclusive nas práticas mediadas pelas TDICs. O desafio agora é o docente

pensar na prática educativa mais na perspectiva da visualidade, que já vimos ser fundamental para o acesso à informação. Vejamos...

Numa aula expositiva, comumente centrada na oralidade, faz-se necessária a adoção de estratégias visuais. Diferentes recursos e suportes cabem ser adotados sempre na perspectiva de favorecer o acesso à informação de modo visual. Assim, mais uma vez nos apoiamos em Lacerda, Santos e Caetano (2013) e vemos em suas reflexões que o fazer docente centrado na visualidade favorece todos os estudantes. Isso porque o poder da imagem para a construção de conceitos é grande, no sentido de que “uma imagem pode evocar a compreensão de vários elementos de um tempo histórico e, nesse sentido, evocar significados sem a presença de qualquer texto escrito” (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013, p. 187).

A centralidade da visualidade vai sendo construída numa perspectiva de pedagogia visual, em que o conteúdo é trabalhado a partir de mapas conceituais, elementos imagéticos plurais, como filmes, recursos da informática, revista, publicidade e outros, destacando-se, ainda, a centralidade que a visualidade passa a ter também a partir do processo tradutório, uma vez que o Tils no uso da Libras explora o potencial visual e características dessa língua (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013).

Na construção da centralidade da visualidade, o docente pode explorar outras estratégias metodológicas, como explicar usando a lousa simultaneamente, o que é interessante, porque esse recurso pode ser apoio ao Tils, que pode apontar para o quadro, tornando mais clara a explicação do professor. Essas metodologias vão sendo construídas na prática e na interação entre Tils, docente e estudantes surdos e mesmo ouvintes que também participam.

Cada jeito de dar aula implica diferentes formas de interpretação. Cada aluno pode solicitar formas distintas de organização, a depender de suas experiências, conhecimento de mundo, nível de uso da Libras e da língua portuguesa. E é no bojo dessas relações entre esses interlocutores que os modos de desenvolver os processos de ensino e aprendizagem vão se estruturando, com a participação de todos em parceria.

Nessa perspectiva, todos assumem um papel relevante nesse processo, não somente o docente que ensina ou o Tils que interpreta, mas o Tils que media a interação do professor com o estudante e tem liberdade para fazer seus questionamentos, o estudante surdo que em meio a esse ambiente linguístico visualmente favorecido também participa fazendo questionamentos,

se posicionado nas interações e sendo protagonista na construção de seu conhecimento.

Os processos de ensino e aprendizagem são construídos também pelos Tils, posto que a percepção desse profissional, como agente educacional, favorece a percepção do trabalho necessário pelo docente, participando mais ativamente e em construção conjunta em aulas que, pela visualidade, além de ficarem mais proveitosas, garantem mais qualidade ao processo tradutório, reduzindo o desgaste físico e mental do profissional.

Todavia, isso envolve uma série de fatores, entre eles o planejamento conjunto e a possibilidade de acesso anterior ao conteúdo. Aliás, esse é um aspecto fundamental, no sentido de que o profissional pode se organizar para o processo tradutório, buscando referências visuais dos conceitos que serão trabalhados em sala pelo professor e por ele construídos na Libras, estando mais bem preparado para enfrentar o que Nascimento (2016) chama de imprevisibilidade do processo tradutório.

No planejamento conjunto, os profissionais podem refletir sobre as práticas pedagógicas e do processo tradutório educacional. O Tils atua nos processos de ensino na construção do saber profissional e educacional pelo surdo e, além da mediação pela língua de sinais e suas características, junto ao docente pode pensar e desenvolver formas de acesso ao conhecimento, perpassando pela adoção de estratégias metodológicas centradas na visualidade. Quando esses profissionais e os estudantes têm consciência dessa dinâmica, a prática, como bem reflete Nóvoa (2009), pode passar a ser instituída como espaço de reflexão e formação individual e coletiva em serviço. E, para ambos, mas principalmente no caso dos profissionais Tils, esse é um fator relevante, uma vez que comumente estes não têm uma formação pedagógica.

Assim, esse conhecimento didático-pedagógico (GIAMLOURENÇO, 2021) relativo aos processos de ensino e aprendizagem e suas relações será construído também na prática que vivencia com os docentes, pares profissionais e estudantes, sendo um conhecimento relevante, porque a atuação do Tils tem implicações educacionais, e, a partir desse conhecimento (didático-pedagógico), desdobramentos metodológicos podem ser conduzidos por esse profissional em parceria com o docente.

A compreensão do docente dessa questão é importante, porque nesse sentido compreenderá seu papel de multiplicador desse conhecimento que ao Tils é tão relevante. Sabemos que, no que se refere à formação de

professores, há décadas se produzem pesquisas que promovem melhorias na formação e nos efeitos na qualidade de ensino (MIZUKAMI *et al.*, 2010). Existe uma aproximação em relação à formação de docentes e Tils, não somente pela legislação que prevê a formação de profissionais da educação, mas por aspectos da profissionalização, bem como questões teóricas e conceituais de processos envolvidos na inclusão do público com quem esses profissionais atuam (GIAMLOURENÇO, 2018).

Mas a produção de pesquisas sobre a tradução e interpretação e sobre o profissional é mais recente, embora com resultados e proposições profícuas para o campo. Os Tils vêm tendo mais recentemente a oportunidade de uma formação sistematizada para a compreensão da profissão e da atuação em diferentes contextos profissionais.

Ainda há muito que poderíamos discutir, mas já podemos ver que a inclusão do estudante surdo ocorre em situações plurais no contexto da universidade em suas ações. Os processos inclusivos institucionais e educativos correlacionam-se com as políticas de inclusão da instituição, com a política educacional adotada e com a concepção de ensino e aprendizagem, que vão nortear as práticas na instituição, nos cursos e a organização do trabalho.

Síntese final

Neste curso, inicialmente, buscamos trazer um panorama acerca de acessibilidade e sua importância nos processos de inclusão, que no contexto da educação de surdos caberia se desenvolver numa perspectiva inclusiva e bilíngue. Inclusiva, tendo em vista a construção de processos equitativos em atenção às premissas de inclusão do direito de todos, e bilíngue, pela valorização da língua de sinais na universidade.

Refletimos sobre o potencial que a língua desempenha na vida do ser humano, buscando dar ênfase à relevância da Libras no desenvolvimento de pessoas surdas. A inclusão efetiva-se, entre outros fatores, pela presença do Tils, mediador entre falantes das línguas orais e de sinais e do processo tradutório educacional que coocorre com processos institucionais, acadêmicos e educacionais envolvendo diferentes profissionais.

Pela diferença linguística e porque nem todos os profissionais têm domínio dessa língua, vimos que o Tils é um profissional de acessibilidade, que junto aos profissionais da UFSCar media e desenvolve, em parceria, também com alunos e profissionais surdos, conhecimentos e ações de inclusão, colaborando nas ações de acessibilidade

Procuramos, então, refletir sobre como podemos, com esse profissional, construir práticas de comunicação inclusiva numa perspectiva em que a Libras esteja presente, tendo status nas questões sociais, culturais e institucionais que são partilhadas. Com isso, pressupomos a valorização dos estudantes surdos pelo reconhecimento de sua condição linguística, valorização da língua de sinais e da visualidade, que passam a ter centralidade nos processos sociais, institucionais e educacionais, pelo potencial que assumem no acesso às informações.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Português como segunda língua para surdos: a escrita construída em situações de interação mediadas pela Libras*. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8756>. Acesso em: 28 out. 2022.

ALVES, Vanessa Cristina. Surdez, movimentos sociais surdos e direitos humanos: um estudo sobre o direito à informação. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 78227-78244, 2020.

BISOL, Cláudia A.; VALENTINI, Carla Beatriz. *Surdez e Deficiência Auditiva: qual a diferença?* Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. *Aviso Circular nº 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996*. Brasília, 1996a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 12, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm#:~:text=26,da%20economia%20e%20da%20clientela. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10098.htm. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 21, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. extra, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 3, 29 dez. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 4 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

GIAMLOURENÇO, Priscila Regina Gonçalves de Melo. *Formação continuada e desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais na educação a distância*, EaD. 2021. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15488>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GIAMLOURENÇO, Priscila Regina Gonçalves de Melo. *Tradutor e Intérprete de Libras: Construção da formação profissional*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10390/GIAMLOUREN%C3%87O_Priscila_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 25 out. 2021.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. Libras: Apresentando a língua e suas características. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à Libras e Educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 27-36.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 28-45, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28732/pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Palestra de encerramento: Surdez: linguagem e escrita. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (48 min). Publicado pelo canal Eduardo José Manzini. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WgTxfqkCLIA&>. Acesso em: 28 out. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 133-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 185-200.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.). *Escola e diferença: caminhos para a educação bilíngue de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

LEITE, Lucia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. *Psicologia USP*, v. 29, n. 3, p. 432-441, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/pusp/a/rgb3ZxCPqLqtsCRZHnkqMrrk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022.

LIMA, André Henrique de et al. Pessoas com Deficiência na Educação Superior: o caso UFSCar. In: SÁ, Ana Claudia Maranhão; DÉA, Vanessa Dalla. *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: reflexões e ações em universidades brasileiras*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2020. p. 21-33. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao_inclusao/livros/6/cap02.html. Acesso em: 28 out. 2022.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolle. et al. *Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

NASCIMENTO, Marcus Vinicius Batista. *Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19562>. Acesso em: 25 out. 2021.

NASCIMENTO, Vinicius; DAROQUE, Samantha C. Língua oral-auditiva e língua gesto-visual. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. *Libras: aspectos fundamentais*. Curitiba: InterSaberes, 2019. p. 43-76.

NASCIMENTO, Vinicius; SEGALA, Rimar Romano. Estrutura da Libras e expressão de conceitos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. *Libras: aspectos fundamentais*. Curitiba: InterSaberes, 2019. p 121-160.

NICHOLS, Guilherme. Libras Unidade 3. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Audiovisual TILSP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=je8olfxdptA&list=PLCgj_B0fGDJ4TVFMZkIKVfZYCQsJ9qBsJ&index=6. Acesso em: 28 out. 2022.

NÓVOA, Antonio. Para una formación de profesores construida dentro de la profesión. *Revista Educación*, n. 350, p. 203-218, set./dez. 2009. Disponível em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/d/23271/19/0>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PELUSO CRESPI, Leonardo. Los Sordos, sus lenguas y su textualidad diferida. *Traslaciones: Revista latinoamericana de Lectura y Escritura*, v. 5, n. 9, p. 40-61, 2018. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/traslaciones/article/view/1311>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. *Cadernos de Tradução*, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio; LARA, Patricia Tanganelli. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164, 2020. Disponível em: <https://periodicos.flcar.unesp.br/rpge/article/view/14337>. Acesso em: 29 out. 2022.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15476>. Acesso em: 28 out. 2022.

TURETTA, Beatriz Aparecida dos Reis; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Língua de sinais como língua das comunidades surdas. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. *Libras: aspectos fundamentais*. Curitiba: InterSaberes, 2019. p. 19-42.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Unesco, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 28 out. 2022.

UNESCO. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 29 out. 2022.

UNESCO. *World Declaration on Higher Education for the Twenty-first Century: Vision and Action and Framework for Priority Action for Change and Development in Higher Education*, adopted by the World Conference on Higher Education: Higher Education in the Twenty-first Century, Vision and Action. Paris: Unesco, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000141952>. Acesso em: 29 out. 2022.

Súmulas curriculares

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda



· Graduada em Fonoaudiologia (1984) pela Universidade de São Paulo (USP), mestra (1992) e doutora (1996) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora associada II da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Curso de Licenciatura em Educação Especial e no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs). Esteve na Coordenação do PPGEEs de 2013 a 2017. Possui experiência em Fonoaudiologia, com ênfase em Surdez, e atuação na área educacional desde 1996. Fundamentação teórica na perspectiva histórico-cultural e nos pressupostos da abordagem enunciativo-discursiva. Prestou assessoria a redes municipais de Educação para implantação e acompanhamento de Programa de Educação Inclusiva Bilingue em Piracicaba, Campinas, São Paulo e São Carlos. Realizou pós-doutorado no Centro de Pesquisa Italiano (CNR – Roma) em 2003 (bolsa Fapesp) e na Universidade de Barcelona em 2017 (bolsa Fapesp). Esteve na Coordenação Institucional Capes PrInt – área Humanas 2018/2020 (UFSCar). Participou de grupos internacionais de pesquisa: 1) Universidade de Barcelona (UB)/UFSCar, sob coordenação de Marta Grácia (Espanha); 2) Unesp/Universidade Minho (Portugal)/Universidade Algarves/Universidade de Barcelona/Universidade de Sevilla/UFSCar, sob coordenação de Lucia P. Leite. Foi vencedora, em 1º lugar, do 56º Prêmio Jabuti, área de Educação, com o livro *Tenho um aluno surdo e agora?*, publicado pela EdUFSCar.

Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamloureço



· Doutora e mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui Curso Superior de Formação Específica em Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Realizou pós-graduação *lato sensu* em Libras e Educação de Surdos, pela Uninter, e pós-graduação *lato sensu* na área de Educação – Psicopedagogia, Ênfase Clínica e Psicopedagogia, Ênfase Institucional –, pelo Unicep. Possui licenciatura em Pedagogia pela UFSCar.